



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638704 - PR (2021/0001781-5)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : MAURO SERGIO MARTINS DOS SANTOS
ADVOGADO : MAURO SERGIO MARTINS DOS SANTOS - PR054394
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : RODRIGO MIRANDA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODRIGO MIRANDA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Agravado em Execução n. 0064974-30.2020.8.16.0000).

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente para justificar o indeferimento da remição de 178 dias de pena do reeducando pela aprovação total no ENCCEJA relativo ao Ensino Fundamental, em evidente violação do disposto no art. 126 da LEP e na Recomendação CNJ n. 44.

Requer, liminarmente, a remição de 178 dias de pena em razão da aprovação total no ENCCEJA. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, n o essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do voto do relator:

Como visto, o cálculo de primeira instância quanto à consideração, como base de cálculo para remição, do percentual de 50% sobre o total de horas estabelecido na resolução supracitada e não o montante total, está em conformidade com o artigo 1º, inciso IV, da Recomendação nº 44/2013 do CNJ. Este critério adotado pelo Julgador de origem (50%) está respaldado por precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente